

072ª SESSÃO ORDINÁRIA – 27AGO2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Fulano de Tal): O Ver. Nereu D'Avila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 25 a 27 de agosto de 2014.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Requeiro à Mesa informação sobre o Ofício nº 163/2014 encaminhado à CEFOR. Há cópia desse documento que identifique a que se destina esse valor?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): V. Exa. deve se dirigir diretamente à CEFOR, pois está lá.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, não está na CEFOR, caso contrário V. Exa. não leria.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Nem foi lido, isso está em todo expediente de ofício distribuído para todos os Srs. Vereadores.

O Sr. Reginaldo Pujol: Não é o que está escrito aqui. V. Exa. depois pense melhor o que foi anunciado aqui: está informando a celebração de contrato, e tem que dizer que tipo de contrato é.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver. Pujol, tenho a cópia e vou ler para Vossa Excelência (Lê.): “A Sua Senhoria o Senhor Professor Garcia, Presidente da Câmara de Vereadores. Assunto: Informação sobre contrato de financiamento celebrado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com recursos do BNDES. Senhor Presidente da Câmara de Vereadores. 1. Tendo sido celebrado Contrato de Financiamento com recursos do BNDES entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Porto Alegre/RS informamos neste momento, alguns pontos do referido Contrato que servirão a esta Câmara de Vereadores no mister do controle a que está obrigado (a) a exercer com relação às

operações de crédito contratadas pela entidade supracitada. 2. O Contrato de Financiamento celebrado sob o nº 0409.878-61 tem por finalidade o aporte de CONTRAPARTIDA para realização de obras e serviços decorrentes de operação de crédito e/ou repasse firmada pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, empreendimento BRT João Pessoa e Terminal Azenha. O valor repassado por conta do BNDES é de R\$ 36.520.000,00 (Trinta e seis milhões, quinhentos e vinte mil reais), correspondente a 100% do valor do investimento total. O prazo previsto para execução do empreendimento contratado é 16 (dezesesseis) meses. Quaisquer informações adicionais relativas ao Contrato de Financiamento referido, poderão ser adquiridas a qualquer tempo, nesta Superintendência Regional”.

O Sr. Reginaldo Pujol: É o que eu queria saber, Excelência. A Diretoria Legislativa já está providenciando uma cópia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Fica à disposição de todos. Sua intervenção é muito oportuna, Vereador, porque muitas vezes é citado o valor e alguns Vereadores não percebem, na realidade; então, quero ressaltar a sua vigilância constante.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente Ver. Professor Garcia, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, gostaria de destacar que recebemos a visita aqui do Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça, com a Cristine Rondon e com o Erlon Wender, nossos coordenadores; da presidente da Assufrgs, Bernardete Menezes; do Polo Comunista Luis Carlos Prestes; da Fundação Comunista. Temos partidos políticos representados, temos a Juventude Socialista do PDT. Na verdade são companheiros e companheiras a quem agradeço a presença. Quero fazer um registro, Ver. Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro e Fernanda Melchionna – e falo em seu nome também, pois estamos em tempo de Liderança do PSOL –, de que em 1973 – veja bem, meu caro Bitenca, como é a vida –, durante uma churrascada com o então Presidente, entre aspas, da República – e digo entre aspas porque não foi eleito – Emílio Médici, ao final do churrasco ele diz assim: “Eu acho que essa gente não gosta de nós”. Aquela turma ali, Mário Azeredo, da Arena, tudo da Arena, perguntaram: “Como assim não gosta, Presidente?” E ele respondeu: “Fizeram

eu inaugurar a *freeway*, com nome americano, e não tem nada com o nome de Castelo nesta Cidade!” Em 40 minutos, os Correios e Telégrafos encaminharam um documento ao ditador Médici dizendo que a avenida que ligava Porto Alegre à *freeway* chamava-se, a partir daquele momento – os Correios e Telégrafos! –, Castelo Branco. Nunca houve um projeto do Executivo Municipal! Nunca houve um projeto de um Vereador! Nunca houve nada, a não ser uma demonstração de puxa-saquismo explícito ao chefe maior da ditadura no momento – ditadura cruel e sanguinária –, o General Emílio Médici. Assim, Ver. Idenir Cecchim, foi criado aquele trecho. Essa é a história da denominação.

Em 1976, o então comandante da Arena no País, o chamado general civil Petrônio Portela, disse: “Mas eles não gostam de nós. Por que não deram o nome de toda a estrada de Castelo?” E aí deu outro alvoroço: o Petrônio Portela, Ver.^a Sofia, assume o Ministério da Justiça no Governo Figueiredo e manda uma ordem: “Aquele homenagem foi insuficiente.” Correria total aqui no Rio Grande em 1978. A ordem era esta: “homenagem insuficiente”. Criaram um monumento de 700 toneladas no Parcão, inaugurado em 1979, com uma placa que diz: “Homenagem dos gaúchos ao grande brasileiro General Presidente Castelo Branco.” Está ali no Parcão. Aí, o Petrônio Portela disse assim: “Agora está melhor.” Não passou por nada, não passou por ninguém, não houve autorização de nada! Foi assim que foi criado aquele espaço. Nós estamos aqui denominando, nominando um logradouro de Porto Alegre. Nós não estamos aqui renomeando; nós estamos dando um nome a algo que ilegitimamente, ilegalmente, absurdamente, cruelmente ficou sendo chamado de Avenida Castelo Branco. Inacreditavelmente, por sinal! Esse é um dia histórico na Câmara Municipal de Porto Alegre, que viveu tantos dias históricos, como, por exemplo, ser a única Câmara do Brasil que reintegrou cassados - Glênio Peres e Marcos Klassmann, em 1979; por ser a primeira Câmara do Brasil a abolir a escravidão em 1884, antes da Lei Áurea; por ser a primeira Câmara do Brasil a abolir o pagamento das Sessões Extraordinárias. Não é qualquer Câmara a de Porto Alegre. E hoje, para nós, é, sim, um dia histórico, porque no cinquentenário do Golpe Militar a Câmara de Porto Alegre também será a primeira a mudar o nome da avenida de entrada de uma capital, cujo nome é de um ditador... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...tirando o nome do ditador e colocando o nome do maior movimento cívico do Rio Grande do Sul, e, com

certeza, um dos maiores do País, o Movimento da Legalidade; aliás, pela emenda, Avenida da Legalidade e da Democracia, exatamente para se contrapor à ditadura, exatamente para mostrar que nós valorizamos, sim, o Movimento da Legalidade, e, muito, nos orgulhamos dele. Nós não aceitamos daquela maneira em que ninguém podia dizer não, Ver. Idenir Cecchim, em que ninguém podia contestar, e que, em 40 minutos, criaram o nome de um espaço em Porto Alegre, que até hoje envergonha a todos nós. E concluo dizendo: esta não é qualquer Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Pedro Ruas prossegue a sua manifestação de Comunicação de Líder, pela oposição, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Engº Comassetto.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Ver. Engº Comassetto, Ver.^a Jussara Cony, e Ver.^a Fernanda Melchionna. Para nós, é momento, sim, de mostrar que esse histórico da cidade de Porto Alegre se mantém. Nós tivemos há pouco tempo a mudança, na Bahia, do nome de uma escola que era Costa e Silva; nós tivemos, Raul Ellwanger, uma mudança, também, agora, em Belo Horizonte. Através de um telefonema, a Susana Lisboa me contou que um viaduto era chamado de Castelo Branco lá, mas não há, nas capitais brasileiras, uma grande avenida de entrada numa cidade que também seja de saída, por óbvio, que tenha a denominação do ditador cearense – não tem. Nós faríamos a mudança; por isso, reitero esse dado que eu acho da maior relevância, porque a vida e o tempo são implacáveis. A vida passa. Nós temos a chance de fazer o que alguém fará, porque ninguém vai achar, lá no Chile, uma homenagem ao Pinochet, o representante da ditadura militar chilena. Não há mais nada, não há mais nada lá no Chile. (Palmas.) Ninguém vai achar, na Argentina, homenagem ao Videla ou aos generais argentinos – ninguém vai achar. Não existe! Ninguém vai achar, na Itália, homenagem ao Mussolini ou ao fascismo – não existe! Ninguém vai achar, na Alemanha, uma Rua Adolf Hitler, uma Rua Eichmann; ninguém vai achar porque não existe! Porque os povos do mundo inteiro sabem que têm compromisso com a história e com o futuro, e, na sua geração, no seu tempo, no nosso tempo, a nossa geração é hoje. Seja alguém jovem como a Ver.^a Fernanda Melchionna, seja alguém com bem mais idade como eu, a nossa geração, nós estamos vivos hoje, neste tempo. É papel nosso, sim, é obrigação nossa, sim, fazer a

pág. 4

modificação! Nós não vamos ficar homenageando quem patrocinou, quem liderou o movimento todo de perseguição política, as prisões arbitrárias, os interrogatórios forçados, as torturas, os homicídios, os exílios, o desemprego, a humilhação. Nós não vamos homenagear tudo isso! Porto Alegre, de 1973 a 2014, pagou esse preço, como o Brasil inteiro pagou, por não poder dizer “não”. Mas agora nós podemos dizer “não”! E quando se pode dizer “não”, quando se pode contestar e não se faz, é uma omissão que a história cobra e cobra pesado, com razão. Nós estamos no nosso tempo agindo corretamente, e esta Casa, de novo, Ver.^a Fernanda Melchionna, esta Casa tão honrada, com história importante no nosso País, vai mostrar que sabe, sim, fazer jus ao conceito que tem em todo Brasil; sabe ser pioneira, sabe ter coragem cívica. Por isso, foi aqui em Porto Alegre, não na Casa, mas também na Casa, que nasceu o Movimento da Legalidade. Nós somos da cidade que criou o movimento que tomou conta do Brasil. Por isso é, sim, uma obrigação nossa, e tenho certeza que a cumprimos com alegria, com prazer, porque alguém no futuro há de dizer – vão dizer isto sim: o que fazia lá a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Comassetto, a Ver.^a Sofia, o Ver. Cecchim, o Ver. Paulinho Motorista, Tarciso, o que eles faziam naquele tempo? Alguém, lá no futuro, vai dizer por nós, por todos nós aqui, que fazíamos a nossa parte no nosso tempo. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o tema trazido à tribuna pela Liderança do PSOL absolutamente nos surpreende. Nós não desconhecemos o ranço ideológico que está na base dessa proposta. A discussão jurídica que, eventualmente, possa se fazer sobre o assunto, e eu a farei no devido momento, perde sentido diante do real objetivo desta proposição que entrará na Ordem do Dia da Casa previamente agendada nesse particular. Não é nada particular se é projeto de lei complementar, se é o art. 62 da Lei Orgânica, qual é o comando, releva encarar

claramente o objetivo da proposta, que não me surpreende ver ser discutido a trinta dias de um pleito eleitoral, quando, evidentemente, a paixão política afasta a razão das principais decisões que aqui ocorrem. Não é por outra razão, ou não, que até devo anunciar que o fato de estarmos a trinta dias da eleição enseja que as pessoas ofereçam aval ao nosso pronunciamento, como se nós pudéssemos, pela via, desfazer aquilo que é uma realidade de fato: as eleições serão no dia 5 de outubro e há interesses políticos nessa eleição. Por que não? Eu tenho interesse político, eu quero ver afastada da Presidência da República a Presidenta Dilma, quero a eleição do Aécio, quero que não seja reconduzido o Governador do Estado, pois meu candidato é o Vieira da Cunha, e isso é legítimo! A luta política é legítima! Eu não vaio ninguém por ter posição diferente da minha. Não vaio sequer o meu histórico antiqüíssimo; há 20 ou 30 anos que eu divirjo do principal proponente dessa medida já derrotada mais de uma vez aqui na Casa. Nós estamos enfrentando, por ranço ideológico, reeditando uma discussão. Será que a mudança do nome, pretendida nessa proposta, vai alterar, no concreto, alguma coisa?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Está assegurado seu tempo, Vereador. Solicito às galerias que façam suas manifestações assim que o orador sair da tribuna. Muito obrigado pela compreensão.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, tranquilize meus opositores. Eu me sinto homenageado por eles. Ser vaiado pelo fundamentalismo, pela radicalidade é a homenagem que eu mereço nos aos meus 74 anos de idade. De fato, eles têm que me vaiar porque eu discordo desse revanchismo que está inserido nessa proposta que o Partido do PSOL propôs à Casa. Não há novidade na minha posição, ela é muito clara nesse sentido, Ver. Idenir Cecchim. Eu acho que a Casa tem até liberdade de embarcar nessa canoa furada se assim o quiser. Agora, o precedente que a Casa abre é muito grande. E vou dizer mais, é uma grande injustiça histórica. Se há alguém, no período excepcional que o País viveu, entre 1964 e 1984, que não merecesse essa agressão foi Castelo Branco, um homem que governou esse País num período de excepcionalidade, com firmeza, com segurança, mas sem delírios persecutórios. Não se acuse Castelo Branco de coisa que alguns outros podem ter presidido, mas ele, no seu período, fez

coisa positiva por este Brasil! Coisas que nós estamos hoje usufruindo: Banco Central; Banco Nacional da Habitação, extinto pela demagogia populista; Itaipu; malha rodoviária da Cidade; e tudo o mais. O Castelo, Presidente, merecia o respeito; está sendo vítima desse delírio revanchista, de vezo ideológico! Não há outro objetivo, senhores, o vezo é ideológico! A colocação, agora, na proximidade da eleição, tem um objetivo. Pode ser por isso, senhores...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.). Até mesmo aqueles que, eventualmente, divergem de mim – e não devem ser poucos nesta Casa –, pois sempre fui homem de posição clara. Quanto ao debate, sob o aspecto regimental, sob o aspecto legal e sob o aspecto político, não vou subscrever o revanchismo nem o fundamentalismo!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa tarde a todos. Eu venho, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna, com muita emoção a esta tribuna. Entrei nesta Casa, e V. Exa. também, há 33 anos e agora retorno num outro mandato. Para mim, hoje é um dia histórico para a Câmara Municipal de Porto Alegre, para a cidade de Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Eis que a entrada desta Cidade, capital do Rio Grande do Sul, que é entrada para o Brasil inteiro, será, sim, denominada não mais com o nome de um ditador, mas com o nome de uma etapa histórica que nos preparou, inclusive, para a resistência à ditadura militar, que veio três anos depois. (Palmas.) Avenida da Legalidade – isto traz a cada um de nós o significado da liberdade, da democracia e da participação do povo.

Eu vim da juventude da Legalidade, eu tinha 18 anos na época, são 53 anos: 18 anos de sonhos, 18 anos de trabalho já, 18 anos de luta e de militância. E quero, aqui nesta tribuna, lembrar os ensinamentos que a juventude daquela época e os que nos seguiram tiveram da resistência, da luta. Trago a lembrança dos mortos e desaparecidos na ditadura militar; a lembrança da Guerrilha do Araguaia; a lembrança dos jovens, homens e das mulheres que lutaram naquele momento e que continuam lutando. E, neste momento,

eu cumprimento todos os que estão aqui; Partidos como o meu, comprometidos com o socialismo, e eu o faço, permito-me, através do Comitê Carlos de Ré – Memória, Verdade e Justiça -, pelo significado do Comitê e pelo significado de um homem como Carlos de Ré, companheiro de tantas militâncias.

Há lembranças que eu quero socializar com vocês todos, lembranças eu jamais esquecerei, porque há coisas que a gente não pode esquecer nunca, porque elas nos revigoram, no dia a dia, para as lutas atuais e vindouras. Eu quero socializá-las com todos, eu jamais esquecerei, porque elas pautaram a vida, minha e do meu Partido, assim como a Câmara Municipal e a sua história. Eu não quero esquecer de Lauro Hagemann, conhecido como a voz da Legalidade, Vereador junto com a gente aqui, na década de 1980, Ruas. Eu não quero esquecer de Homero Simon, que foi o engenheiro técnico que montou, no porão do Palácio Piratini, a Rádio da Legalidade. (Palmas.) Eu não posso esquecer da Mila Cauduro, a quem a Neusa Brizola entregou, no momento em que iam invadir o Palácio, os seus filhos, para que ela os criasse, para que a Neusa pudesse continuar ao lado do pai dos seus filhos, do seu marido, do Leonel Brizola, na resistência dentro do Palácio Piratini. Eu não posso esquecer do Aldo Arantes, Presidente da UNE, porque escreveu a juventude no mata-borrão! (Palmas.) Eu não posso esquecer de João Amazonas, Presidente do PCdoB, na clandestinidade do Partido, que para cá baixou, no sentido de nos dirigir para resistência na Legalidade. Eu não posso esquecer, também, do Coronel Neme e do significado da Brigada Militar, que resistiu e disse: “Nós enfrentaremos!”. E eu não posso esquecer – nenhum de nós – de Leonel Brizola, o nosso comandante da Legalidade. (Palmas.) Brizola, guerreiro do povo brasileiro! Os tempos são outros, pela luta de milhões de gaúchos e brasileiros; tempo de avançar na democracia, na liberdade, na soberania e na compreensão da história feita pelo povo! A Legalidade foi a história feita pelo povo! (Palmas.) Inclusive, na Legalidade, de armas na mão, porque essa também é uma forma de resistir à opressão, em seu tempo histórico, naquele momento de armas na mão. E Porto Alegre, Cidade que todo mundo conhece pela democracia, tem que abrir as suas portas. E ela abriu as suas portas pelo Fórum Social Temático, vamos lembrar aqui 2013: “Palestina livre!”, contra todas as opressões. Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, cidade de luta e de liberdade, tem que votar este projeto. Por quê? Porque esta Cidade não pode continuar tendo como marca, na porta de entrada de Porto Alegre, o nome de um ditador! Ela tem que ser a porta da

democracia, e uma porta da democracia tem que ter o nome de Av. da Legalidade! À luta, companheiros, resistindo sempre para avançar na democracia, na soberania e na justiça! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Jussara Cony.

Eu quero registrar, com muita alegria e orgulho, a presença do ex-Vereador, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal Ney Ortiz Borges. Obrigado, Ney Ortiz, por sua presença nesta Casa, algo que sempre nos enriquece.

O Sr. Pedro Ruas: Na Prefeitura de Brizola, Ney Ortiz era o Vereador Líder da Bancada do PTB; no Governo Estadual Leonel Brizola, ele era Deputado Líder e, no Governo João Goulart, era o Deputado Federal, Líder da Bancada do Governo Democrata João Goulart! E está ali sentado conosco.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro, Vereador.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meu querido companheiro e professor de lutas, Ney Ortiz; funcionários desta Casa, público que aqui nos assiste, guerreiro das lutas populares, aqui não se trata de um movimento revanchista. Quando peguei este procedimento para relatar, a pedido do Ver. Pedro Ruas, veio-me em mente a história do meu Partido. Infelizmente, era para estar todo o meu Partido aqui sentado: Vereadores, Suplentes e candidatos. (Palmas.) Por isso, a identificação do meu Partido com um guerreiro que marcou a história, que é o Ney Ortiz, que está aqui conosco. Como já disse, não se trata de revanchismo, trata-se de rever a história. Eu não podia me furtar de estar aqui, porque foi cortado, na pele, o mandato popular, o sonho de jovens militantes, o sonho de uma Nação.

O nome de Legalidade é importantíssimo, traduz o que queríamos na época e o que queremos até hoje. Eu gostaria de estar gritando aos quatro cantos de forma bem mais empolgante. Tenho um pouco de emoção, porque trata da história do meu Partido; na verdade, da história de todos os Partidos, de uma Nação, a história de quem luta

diariamente por um Brasil melhor nas manifestações de rua, nas portas das fábricas, junto com os agricultores do Interior, com os trabalhadores. Essa história nos foi cortada, esse mandato que trazia na sua base a educação nos foi cortado. Se foi legal, se não foi legal, para alguns foi legal; e eu respeito as manifestações, e aqui há uma pessoa pela qual eu tenho um carinho muito especial, que é o meu companheiro Ver. Pujol, mas eu não poderia me manifestar diferente. Eu, na época, era um piá, e, depois, no período da Ditadura, era líder estudantil, presidente de Grêmio Estudantil. Então, Pedro, quero dizer que esse projeto terá o meu voto, e, com certeza, é uma obrigação, no mínimo, dos meus companheiros do PDT, de toda a Bancada do PDT de votar esse projeto que traz na sua raiz a trajetória de uma luta. Então, o meu voto é a favor, e, com certeza, o voto do PDT é a favor também.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicação de Líder, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder, pelo Governo.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; convidados que nos assistem, eu venho a esta tribuna fazer uma manifestação a respeito do projeto de lei de autoria do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda Melchionna, que altera a denominação da Av. Presidente Castelo Branco para Av. da Legalidade e da Democracia. Trata-se da reapresentação de um projeto polêmico, que traz no seu bojo uma conotação político-partidária, que já foi alvo de muita discussão neste plenário.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu solicito à plateia, novamente, que escute a Vereadora.

A SRA. MÔNICA LEAL: Em que pese os senhores e eu termos diferenças ideológico-partidárias, eu acredito que em relação à educação nós pensamos da mesma forma. Trata-se da representação de um projeto polêmico que traz no seu bojo uma conotação

político-partidária, que já foi alvo de muita discussão neste Plenário, onde o projeto foi rejeitado, e que retorna sem acrescentar nenhum fato novo ao conteúdo da proposição.

O projeto suscitou divergência de interpretação quanto a legalidade e juridicidade entre a Procuradoria da Casa e a Comissão de Constituição e Justiça em relação ao atendimento do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 320/94 (consulta prévia aos moradores domiciliados nos limites do logradouro) e quanto ao malferimento do art. 4º da referida Lei (atribuir a mesma denominação a mais de um equipamento público). Além disso, o projeto não atende a exigências impostas pelo próprio ordenamento jurídico da Lei nº 320/94, referente ao art. 5º (apresentação de documentos de identificação do logradouro a ser denominado – croqui, aerofoto e outros), e ao art. 9º (as denominações de logradouros e equipamentos públicos serão objetos de lei de iniciativa do Prefeito Municipal ou dos Vereadores). Logo, para alterar a denominação de um logradouro público, há necessidade de alterar ou revogar a Lei existente sob pena de termos duplicidade de logradouros públicos com a mesma denominação.

Este projeto, no nosso entendimento, vai além da interação do nome de um simples logradouro público. Mexe com uma importante via expressa que permite rápido acesso entre regiões a ela conectadas. A Av. Presidente Castelo Branco, liga a rodoviária e a Av. Mauá (2ª Perimetral), no Centro; à Av. Sertório, na zona norte, e a BR-116 (ponte do Guaíba), e 290 (Freeway), além de acompanhar parte da linha do Trensurb.

O argumento dos autores de que há endosso dos moradores porque não existem domicílios ao longo da Av. Castelo Branco não prospera, e nem afasta o impedimento legal. Retrata apenas uma situação que se desenha no presente momento, podendo ter outra configuração no decorrer do tempo.

Nós, legisladores, temos que ter a capacidade de prospectar. A expansão urbana faz parte do desenvolvimento das cidades, e Porto Alegre caminha, sim, nessa direção. Dentro dessa perspectiva, nada impede que, futuramente, possam surgir edificações próximas à Av. Castelo Branco (construções de acessos secundários, armazéns, fábricas ou mesmo prédios públicos).

Modificar, portanto, a denominação de uma via de acesso a Porto Alegre já institucionalizada e que é do conhecimento popular significa descaracterizar um importante ponto de referência para os porto-alegrenses, e para todas as pessoas que adentram à nossa Capital utilizando essa alternativa viária.

Em relação ao mérito da proposição, que consiste em homenagear o Movimento da Legalidade, entendemos que as razões apontadas pelos autores tornam-se inconsistentes na medida em que o Legislativo Municipal já aprovou a Lei nº 6.952/91, que denomina especificamente o local onde se desenvolveu o principal ato da resistência legalista, ou seja, o Largo do Palácio Piratini, da Assembleia Legislativa e da Catedral Metropolitana como sendo o Largo da Legalidade. Esta Lei representa o inegável reconhecimento à Legalidade e ao seu mais destacado líder, Leonel Brizola.

Em que pese o reconhecimento do Movimento da Legalidade, os fatos históricos que antecederam esse episódio não podem ser desqualificados e/ou apagados da memória nacional. Com a representação desse projeto, se constata que o objetivo maior dos autores é reabrir a discussão política sobre o período em que o Brasil foi governado pelos militares, atingindo, por consequência, a figura do Marechal Castelo Branco.

Os movimentos históricos fazem parte de toda e qualquer sociedade, de modo que não podem ser simplesmente apagados dos nossos livros e alijados da biografia da nossa Cidade. Discordem ou não figuras emblemáticas que de uma forma ou de outra influenciaram para a construção da história do nosso País e devem e precisam ser lembradas.

Os acontecimentos pretéritos e seus respectivos protagonistas, tem um valor inestimável na construção da história de um povo, e o que foi consolidado ao longo do tempo não pode ser modificado por razões ideológicas ou político-partidárias.

(Revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; prezados visitantes, construtores da democracia; prezado Ney Ortiz; este debate instalado

aqui na Casa é essencialmente da política, é para fazermos o resgate e a correção dos processos históricos.

O que está sendo proposto neste momento é dar o nome do Movimento da Legalidade a uma avenida que traz o nome do primeiro ditador militar pós 1964. O que nós estamos discutindo aqui, queiram ou não, é a defesa ou não defesa da Constituição Brasileira.

O Movimento da Legalidade, que se instalou no Palácio Piratini e que foi capitaneado por Leonel de Moura Brizola e um conjunto de outros militantes defensores da democracia, foi um movimento em defesa daquilo que qualquer um dos 36 Vereadores e qualquer cidadão deveria fazer sempre que há a defesa da Constituição brasileira.

Agora, a avenida de acesso à Capital, que foi a Capital da Legalidade, a Capital onde se iniciou o movimento em defesa da Constituição, recebe o nome daquele que rasgou a Constituição brasileira? A Constituição brasileira, com o golpe que foi instalado no dia 31 de março, mas que na verdade iniciou no dia 1º de abril, foi rasgada, e o golpe cassou os direitos civis, torturou, matou, excluiu e tirou a possibilidade – Ver. Pujol – de o contraditório ser feito e debatido.

E, hoje, o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, tem a Dilma como Presidente da República, uma das pessoas que foi presa e torturada. Porto Alegre recebeu Dilma de braços abertos, lá no início da década de 1970, todos sabem, uma mineira que veio para cá e acreditava, como muitos jovens, nos sonhos, nos amores, na luta, na busca da liberdade.

Então, recolocar este debate, trazer a Legalidade para o centro, substituindo o nome do primeiro ditador militar que rasgou a Constituição. É um debate político, sim! E aqui nós temos dois grandes campos: aqueles que defendem a democracia em todos os cantos, em todos os momentos e aqueles que querem escrever a história com os que rasgaram a Constituição brasileira.

Portanto o Partido dos Trabalhadores vem a esta tribuna com muita tranquilidade, Ver. Idenir Cecchim, dizer que este é um debate político. E nós não temos medo de fazer política. Inclusive, se nós formos derrotados, dentro do princípio da democracia, pelo voto direito, será uma satisfação, porque nós tivemos a oportunidade de apresentar o contraditório. E quando se tem a possibilidade de apresentar o contraditório, há aqueles que têm a essência da razão, da justiça, da liberdade, da igualdade como princípios de vida, que certamente nunca serão derrotados. Naquele momento, a derrota foi pelas

armas, não pelo processo da liberdade, não pelo processo do contraditório, não pelo processo da democracia.

Meus amigos e minhas amigas, quero dizer que não podemos deixar escrito na nossa história frases ou representações que não nos orgulhem e a ditadura militar não nos orgulha. Viva a liberdade!

(Não revisado pelo orador.)

(O Sr. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (15h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, eu sei que este debate ainda vai se estender. E como hoje é o Dia do Corretor de Imóveis – nós temos alguns colegas corretores acompanhando a nossa Sessão –, eu queria convidar os colegas e agradecer o Presidente, que nos cedeu o salão nobre da presidência. E em respeito ao público das galerias, que vai acompanhar o debate que vai ocorrer a respeito desse importante projeto de lei, quero convidar os colegas para passarmos ao salão nobre para a entrega de uma placa solene em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Obrigado.

O Sr. Cássio Trogildo (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja votado antes dos demais projetos o Requerimento nº 079/14.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cássio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Mario Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que, após a votação do PLL nº 001/14, do Ver. Pedro Ruas, se prossiga a ordem de votação prevista.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, isso já está previsto.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 079/14, de autoria do Ver. Cássio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 001/14. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, estamos discutindo um projeto surrealista. O projeto diz que "...altera a denominação..."; o autor vem aqui dizer que não altera, ele denomina. Se altera a denominação, precisa de 24 votos, isso é claro; se altera a denominação, precisa, também ter a documentação adequada. Como não existe lei, não tem a documentação anterior. Para denominar, precisa da documentação, conforme o art. 5º da Lei nº 320/94. (Lê): "Os projetos de lei de denominação de logradouros públicos de que trata esta Lei Complementar, quando de sua apresentação, deverão conter documentos de identificação do logradouro a ser denominado (croqui, aereo ou outro), fornecidos pela Secretaria do Planejamento Municipal".

Não tem! Não tem! A lei ainda diz. (Lê.): "...sob pena de nulidade do ato que atribuir a denominação..."

Está aqui na lei. Ou alguém aqui quer descumprir a lei?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Não, muito bem.

Outra coisa: a maioria dos senhores que estão aí gritando não nem eram nascidos, principalmente as meninas; os homens, até pode ser. Ninguém conheceu Castelo Branco, ninguém conheceu! Também não sabem o que ele fez: criou o sistema financeiro, editou o Estatuto da Terra, legalizou o Sistema Financeiro Nacional, criou a Lei da Ação Popular, disciplinou o Mercado de Capitais, instituiu o Código Florestal, instituiu o Código Tributário Nacional. O que se está fazendo aqui é apagar a história; a história não se apaga e nem

se corrige. História é história! Por que não falam nada do ditador Getúlio Vargas? (Vaias.) Por que não falam nada da Praça Che Guevara; que existe aqui. Por que não existe nada contra...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: (Dirigindo-se às galerias.) O jornalista Antônio Carlos Macedo falou na sua coluna de ontem que a proposta de mudança da Av. Castelo Branco está novamente em debate, mas que essa estratégia – não podemos apagar a história – é típica dos regimes totalitários.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu vou insistir com as galerias que aqui é a Casa da bendita democracia. As divergências fazem parte, só que eu vou pedir que, quando tiver um orador, respeitem; depois, se quiserem vaiar, é livre, se quiserem aplaudir, é livre, mas que respeitem o Vereador que está na tribuna. Está parado o cronômetro, Vereador.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, o projeto foi mal encaminhado. Ele diz que altera a denominação, e o autor diz que denomina. Então, tem que haver a definição. Eu quero saber se os documentos estão adequados à denominação dos logradouros. Faço um requerimento a V. Exa. para que me informe se os documentos estão adequados ao processo. Caso contrário, será nulo o presente projeto. (Vaias.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver. João Carlos Nedel, V. Exa. pode ter acesso aos autos.

O Sr. João Carlos Nedel: Eu já tive acesso aos autos, e os documentos não são hábeis.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Então V. Exa. pode recorrer da maneira que julgar oportuna.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todas e a todos. Eu queria nominar cada uma das instituições que está aqui, e eu vou ter tempo para fazer isso, mas primeiro tenho uma discussão que precede. Uma discussão técnica, Ver. Pedro Ruas; na verdade, uma discussão extremamente política a que o Ver. Nedel veio aqui na tribuna fazer. Ele disse que quer os documentos do projeto que estão inclusive ali anexados, mas esse Vereador nunca pediu os documentos de uma lei que denominasse rua, que nunca foi votada em Parlamento algum, em nenhuma esfera de discussão de denominação de leis em Porto Alegre. Mais, o Ver. João Carlos Nedel nunca pediu os arquivos secretos da ditadura, as fichas dos perseguidos, dos assassinados, dos torturados, das mulheres violadas por um regime brutal, desumano, que violou direitos humanos, que desapareceu com centenas de militantes aguerridos pela democracia, que forçou a tortura. O Vereador reclama da documentação do projeto, Ver. Pedro Ruas, e busca discutir a legalidade do nosso projeto! Interessante é que ele não discute a ilegalidade que foi a ditadura militar, que rasgou qualquer Constituição Federal, qualquer preceito de democracia, que rasgou qualquer possibilidade de dignidade de um povo exercer de forma soberana a sua própria história, de uma ditadura civil-militar encomendada pelos Estados Unidos, financiada por grandes grupos empresariais brasileiros para defender a ordem vigente e a economia dos poucos que seguiram lucrando às custas do povo brasileiro. Ele não tem coragem de vir aqui dizer que defende o golpe do dia 1º de abril, em que nós vimos nas ruas do Brasil o regime ditatorial suprimir um governo democraticamente eleito e que teve na luta da legalidade a sua resistência.

Eu não olho para o debate de tribuna, e eu acho muito bom que aqueles que cotidianamente vêm a esta tribuna defender banqueiro, defender especulação imobiliária, defender projetos que, muitas vezes violam a vida do povo, tenham que sair do armário e vir mostrar sua verdadeira face, a verdadeira face dos filhotes da ditadura, a verdadeira face daqueles que apoiaram as barbaridades cometidas durante os anos de chumbo do Brasil. E é dessa impunidade, Ver. Pedro Ruas, de uma justiça de transição que o Brasil

não viveu, como viveu a Argentina, porque, felizmente, o Videla morreu preso, que era o lugar onde ele devia estar depois de matar milhares de argentinos, porque felizmente no Chile não tem nenhuma rua chamada Av. Ditador Pinochet, como o senhor disse, porque, felizmente, em vários lugares do mundo, foi feita a justiça de transição. Mas nós ainda, no Brasil, patinamos; nós não vimos ainda algum torturador ser julgado e ser punido pelas barbáries ocorridas; nós não vimos, sequer, os ditadores terem que pedir perdão, mas nós estamos no caminho da memória, da verdade e da justiça, porque a impunidade de ontem é a tortura de hoje. A impunidade dos crimes de ontem é o assassinato do Amarildo no ano passado, é o assassinato da Cláudia, é o assassinato do DG, é o assassinato semanal, diário, dos jovens negros, pobres, dos militantes dos movimentos sociais, como o caso do Elton Brum, que não teve nenhum responsabilizado ainda e que foi assassinado no nosso Estado, um lutador sem-terra e que merece a nossa homenagem. O senhor deveria ter respeito com quem está nesta tribuna porque não só luta por verdade e justiça, independente de ter vivido a ditadura! Eu não vivi, mas eu sei quem ele tem uma dívida histórica com quem lutou pela democracia, uma dívida histórica com quem lutou antes de mim, mas, independente de mim, da Cláudia, dos jovens do Juntos, dos jovens do Contestação, dos trabalhadores da Intersindical, dos lutadores do Comitê Carlos de Ré, da Juventude Socialista, nós temos aqui o Raul Ellwanger, nós temos o Carlos Contursi, nós temos o Sérgio Bittencourt! E eles poderiam usar esta tribuna para dizer dos anos que ficaram presos, dos anos em que foram torturados por defenderem a democracia, pelo governo que o senhor teve a cara de pau de nesta tribuna defender! Então, não sejamos demagogos, o debate aqui não é técnico, é político! E eu tenho certeza, Ver. Paulo Brum, Ver. Brasinha, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Tarciso Flecha Negra, Ver.^a Séfora Mota, os Vereadores do PT, os Vereadores do PCdoB, Ver.^a Any Ortiz, de que esta Casa, hoje, fará história. Viva a Av. da Legalidade!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, prezados militantes, homens e mulheres, pela democracia em homenagem ao Comitê Gaúcho da Verdade, Memória e Justiça Carlos de Ré, que honra a transição democrática que o Brasil está construindo.

Vereadores Pedro Ruas e Fernanda, quero parabenizá-los por esse debate, pela iniciativa, pela segunda vez, pela incansável luta para que possamos decidir se a cidade de Porto Alegre continuará homenageando uma forma autoritária, um presidente imposto, que inaugurou no Brasil a legislação – e falo para o nosso Parlamento –, através de atos institucionais, suprimindo os processos democráticos de construção das regras de vivência neste País, ou se homenageará a verdadeira memória desta Cidade, que é berço da democracia participativa, que tem a sua origem no grande movimento da legalidade, da manutenção da Constituição brasileira.

A cidade de Porto Alegre mostrou para o mundo que a democracia tinha que ampliar, tinha que se aprofundar e podia ser radicalizada, ampliou a participação e a soberania popular e trouxe para cá quatro fóruns sociais mundiais, com a dística de que Outro Mundo é Possível. Cidade, portanto, que mobilizou corações do mundo inteiro, construindo o processo democrático, fortalecendo, espalhando para o mundo a democracia, continuará sendo uma Cidade cujo acesso homenageia um Presidente empossado por um ato institucional, pela ruptura com a Constituição, instalando um período terrível na nossa sociedade. Essa é a discussão e a decisão que está colocada para nós.

Será que nós, Vereadores eleitos, que compomos o Parlamento desta jovem democracia, vamos continuar homenageando um Presidente que cassou o mandato de Deputados, que suprimiu a autonomia e a força dos Paramentos, que cassou direitos políticos dos cidadãos? Nós que somos representantes do povo de Porto Alegre, eleitos democraticamente, vamos continuar homenageando na rua de acesso à nossa Cidade um Presidente que extinguiu os partidos políticos neste país, que colocou a organização partidária na ilegalidade? Nós que compomos partidos políticos, Ver. Pujol, pelos quais defendemos democraticamente as nossas ideias para a Cidade, para o Estado, para o País, cidade berço da democracia participativa, continuaremos chamando uma rua com o nome de um Presidente ditador que instalou no Brasil uma Lei de Segurança Nacional, que vigiou, que impôs vigilância em todos os setores da sociedade e passou a punir severamente, torturar e fazer desaparecer, por mera e simples oposição política ao

regime político no País? Será que a cidade de Porto Alegre, se perguntada, concorda com esta homenagem? Porque é disso que se trata! Não se trata de uma discussão burocrática, se tem nome, se é mudança de nome! Não se trata de escrever a história, porque muito se escreveu sobre a história dos ditadores, da história dos que oprimiram, contada e recontada com louvores, mas que sabemos escondeu os verdadeiros heróis da construção da democracia em que hoje vivemos no espaço que ocupamos.

Nós queremos realizar, em Porto Alegre, uma das medidas da justiça de transição.

E eu socializo, aqui, Presidente... O que é justiça de transição, senhores? Falando, aqui, para o Ver. Nedel, para o Ver. Pujol: é a ONU – não é uma invenção das esquerdas – que diz que a justiça de transição tem que se realizar no mundo como um conjunto de abordagens, de mecanismos judiciais e não judiciais, de estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, de atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória, à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição de atrocidades. Ou seja, um mundo já escreveu que não queremos mais violência em massa, que queremos a democracia instituída e preservada. É da justiça de transição deste País que nós queremos realizar, e é do que se trata quando se quer nomear de Av. da Legalidade a entrada de Porto Alegre, a verdadeira memória da Cidade. O Parlamento de Porto Alegre, que ouve a democracia, que legitima, e a democracia, que permite que, aqui, de forma plural, de forma coletiva, de forma dialogada, nós possamos construir a vida deste País. Não aos tempos de autoritarismo e de falta de liberdade! Sim à legalidade! Sim ao patrimônio da livre democracia!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos. Eu vou tentar agregar algumas informações da vivência desses primeiros meses – pouco mais de um ano aqui na Câmara. Eu entendo que a Câmara, sim, tem que ser o lugar dos grandes debates, como este, e não ficar colocando nome em rua. Esta, sim, é uma avenida que nós temos que discutir, porque aqui está um debate que o Parlamento, para se relegitimar, precisa fazer.

É um dos lugares em que o grande debate ideológico precisa ser feito; que, em princípio, está aqui, apresentado à sociedade. Eu não concordo totalmente com isso, mas sei que a institucionalidade e o avanço das instituições chegaram a esse ponto em que uma cidade é representada pelos seus Vereadores. Então, em tese, estariam aqui as mais diferentes visões ideológicas. Pois bem, mas a gente escuta, aqui, nesta tribuna – acabamos de escutar – algumas questões. Primeiro, quero dizer ao Ver. Nedel, que disse que muitos dos que estão aqui nem eram nascidos naquele período. Vereador, eu não era um dos nascidos, mas eu tenho direito de questionar a história. A minha geração reconhece a luta de quem veio antes, de quem foi torturado, de quem foi perseguido, desaparecido. Não é que quem não viveu não tem a chance de discutir a história do nosso País. Então, é um argumento falacioso, na minha opinião, que só os nascidos naquele período poderiam discutir a história.

A Ver.^a Mônica vem aqui e fala em ideologia, dizendo que ideologia é uma coisa ruim, como se a ideologia que oprimiu, matou e perseguiu na ditadura civil-militar não fosse uma ideologia. Era, sim, uma ideologia, uma ideologia chamada progresso. Seguidamente eu debato aqui com o Ver. Nedel, que pergunta: “Por que você e os Vereadores da oposição são contra o progresso?” O Ver. Nedel entende que abrir rua é progresso. Eu não vejo progresso em abrir rua. Então, eu estou fazendo aqui um paralelo, Ver. Nedel, para dizer que o seu progresso é aquele talvez da bandeira do Brasil, aquele que falava em fazer primeiro o bolo crescer para depois redistribuir as riquezas da nação. Essas riquezas nunca chegaram.

Mais uma questão importante, Ver.^a Fernanda. O Ver. Pujol sobe aqui na tribuna e diz que isso é um revanchismo da história, que não tem porque ficar remexendo no passado; o Ver. Nedel concorda com essa ideia. Pois bem, se alguém pode abrir mão da verdade é quem foi vítima desse processo e não quem torturou, quem matou, humilhou e perseguiu. É incrível! Vejam, é um raciocínio bastante simples, alguém, o grupo perseguiu, humilhou, torturou, fez com que pessoas desaparecessem. E essas pessoas que isso causaram dizem que é um revanchismo daqueles que foram vítimas. A arrogância chega a ponto de nominar uma rua sem um ato formal, Ver. Pedro Ruas. A arrogância é tanta, a vontade de estar no poder e a certeza de que ficaria no poder durante tanto tempo era tanta que sequer uma formalidade foi cumprida. Para nossa felicidade, o projeto pode ser aprovado

por maioria simples e não por maioria qualificada, pois não precisamos mudar um ato oficial, porque o ato efetivamente não existe.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rapidamente, o outro lado que hoje está no poder...

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Chegou pelo voto?

O Sr. João Carlos Nedel: Não; que matou, que roubou, que assaltou. Isso não conta nada?

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver.^a Mônica, eu discordo das suas ideias, mas a senhora tem todo o direito de falar, e cedo, inclusive, o meu tempo, independente do que a senhora fez outro dia, qual seja, depois que o Valter Nagelstein fez uma fala terrível, a senhora pediu verificação de quórum não nos dando direito de resposta. Mas eu lhe ofereço a outra face, Vereadora.

A Sra. Mônica Leal: Não havia o número de Vereadores suficientes naquela Sessão, ou seja...

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Enquanto o Ver. Valter falava, também não havia, e nenhum de nós pediu verificação de quórum.

A Sra. Mônica Leal: ...ou seja, ninguém fica em uma Sessão que não tem o número necessário.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Nenhum de nós pediu verificação de quórum, e o Ver. Valter fez uma fala do ódio.

A Sra. Mônica Leal: Eu pedi, porque não tinham Vereadores suficientes no plenário.

Mas o que me traz aqui ao aparte é que tenho por hábito, há muito tempo, por ser jornalista, tudo que eu falo é documentado, e o senhor não estava aqui quando falei e repetiu errado que eu falei que a ideologia é ruim. Não é verdade. A minha frase foi: ...com a representação deste projeto...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, só quero comunicar que terminou o tempo. Vereador, V. Exa. cedeu o seu tempo e ele terminou.

A Sra. Mônica Leal: Então o seu tempo terminou e o meu aparte também.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Agradeço a gentileza e o entendimento do Ver. Marcelo.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu não vou usar meu tempo total, é só para fazer algumas leituras de quando o senhor fala que o processo não está bem instruído. Na verdade, Ver. Nedel, houve um parecer da Procuradoria da Casa e também todos os votos da CUTHAB. Assim, acho que já está mais ou menos. Quem sabe, já podemos sanar esse pequeno vício depois na votação. O importante é esse debate, como disse o Marcelo. Quando o senhor falou que devem que ser revistas algumas situações da Cidade, que tem como nome de rua o nome do ditador Getúlio Vargas, eu já digo que temos que referenciar quem criou as leis que beneficiaram os trabalhadores. Mas concordo com o senhor, quando fala que temos que fazer uma revisão na história desta Cidade. Nós temos que fazer uma revisão através do olhar de quem foi protagonista das lutas, não só através dos ditadores, que impunham a sua história – verdadeira ou falsa – e que se colocam à disposição.

Nós, aqui em Porto Alegre, já tivemos fatos parecidos, como por exemplo, o Movimento Negro de Porto Alegre. O Movimento Negro de Porto Alegre reviu a sua história e trocou a data de 13 de maio pelo 20 de novembro, que é o Dia do Zumbi, o verdadeiro guerreiro

das causas negras. E eu acho que tem que refazer, realmente, a história desta Cidade. Eu vou mais além: acho que não só essa rua deveria ser trocada; acho que o nome da Rua David Canabarro também deveria ser trocado, o nome da Escola David Canabarro também deveria ser trocado, e sugiro que troque o nome da Rua David Canabarro pelo nome de um dos guerreiros, dos cavaleiros, lanceiros negros que foram vítimas.

Então, senhores, temos que rever, sim, a história dessa cidade de Porto Alegre. E aí eu concordo com o Ver. Nedel: temos que fazer uma revisão forte na história de Porto Alegre. Por isso eu vim aqui para lembrar aos senhores e gostaria de reforçar o meu apoio a esse projeto e dizer que estou muito feliz, que mesmo não tendo nascido nessa época, a juventude do meu partido se faz presente, empunhando bandeiras de luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimados colegas, muito boa tarde. Presidente, quero aqui saudar, de forma muito fraterna, todos os membros de movimentos, saudando aqui o Comitê Carlos de Ré, e saudando na figura da nossa querida amiga, companheira, Berna Menezes, torturada durante a ditadura, enquadrada na Lei de Segurança Nacional; em nome do Raul Ellwanger, quero saudar todos os lutadores que estão aqui, pois graças a vocês que nós temos hoje o direito de estar aqui falando o que nós pensamos – inclusive, os senhores e senhoras que pensam diferentemente devem a vocês o direito de poder falar hoje o que querem e o fato de este País ser uma democracia; quero saudar também o Ney Ortiz, nosso grande Deputado, que liderou o governo Jango, cassado também por aquele infame golpe; e quero saudar os partidos que aqui estão representados, porque os partidos são a história, sim, da democracia – quero saudar, sim, o PDT, o PTB, que representam o trabalhismo e que também sofreram um golpe militar há 50 anos, assim como o Partido Comunista do Brasil, o próprio PSB teve seus líderes cassados, o nosso Partido dos Trabalhadores, e o PMDB também, que cumpriu um papel muito importante na luta pela democracia. Independentemente de divergências que possamos ter sobre a condição do País, essas foram forças políticas que se mantiveram. Sr. Presidente, eu

quero aqui lembrar que foi graças ao senhor que, no dia 1º de abril deste ano, nós fizemos aqui mesmo uma Sessão que restituiu o mandato do Prefeito cassado de Porto Alegre e dos Vereadores cassados pelo golpe militar. E foi pela sua coragem, porque muitas forças políticas lhe pressionaram para que esse assunto não viesse a esta Casa, e que esta não pudesse fazer a Resolução de Mesa nº 470, que restituiu formalmente os mandatos do Prefeito Sereno Chaise e dos Vereadores desta Casa que foram cassados. Aliás, queria dizer de forma bem clara que só por isso aqui valeria a pena o mandato que tenho hoje de poder ocupar uma cadeira nesta Casa, porque não há discussão mais importante do que a discussão sobre a democracia e sobre a cultura democrática.

E é importante, sim, falar quem foi na história o ditador Castelo Branco, que não apenas liderou o Golpe a mando do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, mas, também, como hoje se sabe na história, a mando das Forças Armadas Norte-Americanas, promoveu o Golpe no território brasileiro, assim como foi ele que trouxe para o Brasil, através da Escola Superior de Guerra, a partir de 1952, todos os ensinamentos de tortura da Escola Francesa de Argel e, depois, da Escola Norte-Americana. Foi esse senhor que trouxe para o Brasil a tecnologia da tortura! Foi este senhor: Castelo Branco! E alguns vêm aqui falar sobre Forças Armadas. Mas quem são essas pessoas que cooptaram as Forças Armadas? Que fizeram uso das Forças Armadas para os seus projetos de poder? Essas pessoas não têm legitimidade nenhuma para estarem aqui falando em nome das Forças Armadas do Brasil porque fizeram uso político! Porque fizeram uso das Forças Armadas do Brasil para o seu projeto pessoal de poder! Nunca se submeteram a uma eleição ao voto popular e gozaram de privilégios! E, aliás, gozam até hoje, porque as viúvas desses senhores ainda recebem, hoje, R\$ 54 bilhões ao ano em pensões desses ditadores que torturaram a juventude brasileira! E nós não vamos construir uma história de democracia... E é verdade, sim, quem afirma que a violência do Brasil de hoje se deve à impunidade dos torturadores de ontem. Porque os outros 15 países da América Latina que fizeram o julgamento de seus torturadores têm taxas de violência muito menores do que o Brasil! Eles têm direitos humanos muito mais consolidados do que o Brasil, porque enfrentaram esse tabu! Enfrentaram as elites golpistas dos seus países e botaram no lugar onde eles têm que estar: atrás das grades! São pessoas que cometeram crimes que o tempo não há de apagar.

Eu acho muito engraçado, tem uns que protestam até fé religiosa – e eu respeito muito – e esquecem que a própria história da sua fé foi recontada. Porque, nos primeiros anos, a história sobre o que aconteceu com aqueles cristãos não era essa que hoje é contada, Ver. Nedel; a história dos que foram torturados nos alçapões de Roma depois foi reconstruída por aqueles que tiveram coragem de enfrentar os ditadores, os torturadores. Então, democracia é um valor do qual não podemos abrir mão, Sr. Presidente, e esta Casa vai fazer, hoje, uma demonstração histórica para o Brasil, no sentido de que a democracia deste País está se enraizando e que, aqui, ditadura nunca mais! (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, leio uma faixa colocada aqui na plateia, onde está inserida a expressão: “A juventude socialista luta pela Legalidade”. Evidentemente que, numa casa de legisladores, pugnar por lutar contra a legalidade não é uma posição correta. Nesse sentido, Sr. Presidente, quero dizer que o Ver. Nedel tem absoluta razão na análise que fez a respeito da juridicidade dos procedimentos que aqui estão ocorrendo, porque, indiscutivelmente, a proposta firmada pela Bancada do PSOL altera a denominação da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade, e, nesse sentido, foi examinada nas Comissões da Casa, inclusive pela Comissão da Constituição e Justiça, que entendeu que a proposta de alteração da denominação era ilegal e inconstitucional. Até porque a Legalidade do Sr. Leonel de Moura Brizola já está devidamente homenageada em Porto Alegre por lei do saudoso Ver. Isaac Ainhorn, aprovada há alguns anos, meu caro Dr. Ney Ortiz Borges. A Legalidade está sendo usada aqui para cobrir outras situações, o que se julga aqui certamente é a Revolução de 1964. Isso é que está sendo julgado. E o Sr. Castelo Branco é “a bola da vez”, é o símbolo da Revolução de 1964.

Eu quero dizer a quem me ouve nesta hora que, nascido em 1939, nasci dentro de um estado de excepcionalidade. Todos sabem que naquela época o Brasil se encontrava com o seu Congresso fechado, com todas as situações. Hoje eu compreendo os fatos que ocorreram neste País naquela época, lendo a história, porque é necessário interpretar as

situações no contexto em que as mesmas se realizaram. Eu sei o que estava acontecendo em 1964 no Brasil. Era: ou fica do lado daqueles que deram o golpe, ou seja, vítima do golpe que está sendo montado neste País, naquela ocasião. Era ficar, resistir, ou correr.

Mas eu não quero ficar discutindo a Legalidade, pura e simplesmente.

Certamente esta Casa está devidamente alertada da ilegalidade que consistirá uma eventual aprovação deste projeto de lei que altera uma denominação que eles acreditam não existir. Então, altera o que não existe. Não é possível alterar o que não existe. Mas, justiça seja feita, essa é a proposta dos autores do projeto de lei: retirar o nome de Castelo Branco, que está lá na avenida que dá acesso a Porto Alegre, e substituí-lo por “Avenida da Legalidade”. Eu já me manifestei claramente sobre isso e digo mais, a proposta constitui-se numa indisfarçável – e esta é a verdade – manobra de envolver a Casa nesta ardilosa e maquiavélica artimanha de reabrir feridas e fomentar retaliações que em nada contribuem para o fortalecimento das instituições democráticas. A figura de Castelo Branco e a ação de Leonel Brizola, quando da Legalidade, devem ser entendidas no contexto em que se realizaram e não podem ser utilizadas no mesquinho jogo político dos períodos pré-eleitorais, ignorando as peculiaridades históricas em que se constituíram ao longo do tempo, nos avanços e retrocessos que sedimentaram o terreno sobre o qual estavam a construir o Estado de Direito Democrático, procurando reduzir as áreas de atrito que possam, efetivamente, comprometer ou retardar a consumação de tão elevados objetivos. Destarte, a proposta renovada, reinventada e requentada não se ajusta ao contexto político nacional e não deve prosperar por ser inconstitucional e atentar contra os princípios maiores que fundamentam nossa ordem política,...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Ver. Pujol, V. Exa. terá todo o tempo que precisar.

O SR. REGINALDO PUJOL: Fico-lhe agradecido. Ordem política que não enseja e não agasalha comportamentos que não se adéquam aos grandes objetivos nacionais em seus propósitos de construir um novo Brasil, socialmente justo, culturalmente desenvolvido,

economicamente livre e politicamente soberano. Caracterizado está, portanto, o impedimento de ordem jurídica à tramitação da matéria, bem como sua inconsistência fática, que impõe sua rejeição.

Essa colocação faço com clareza, com firmeza, com segurança, com respeito a posições adversas, mas enfatizando, uma vez por todas: não se reescreve a história da forma que querem que seja reescrita. Pensem bem que os vilões de hoje poderão ser os heróis de amanhã, e vice-versa. Hoje é o Castelo, quem será amanhã? O Lula? A Dilma? Os “mensaleiros”? Quem será? Aqueles que hoje estão criando essas condições desconfortáveis para este País, aqueles que não merecem mais o apoio popular? Pensem bem nisso! Nós estamos lutando fortemente pela manutenção da segurança jurídica que o Estado de Direito impõe, que é o respeito aos fatos consumados. Se não existe a Av. Castelo Branco, o que querem mudar? E se existe, é porque algo de concreto o colocou naquela condição, caso contrário, Ver. Delegado Cleiton, podemos ter uma sequência de inconformidades nesta Casa: hoje, é o David Canabarro, amanhã será quem, Felipe Camarão, Poty, ou, quem sabe, Fernando Dias?

Concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: desse debate, de que não fujo, absolutamente ideológico, não tenho como revisar minhas posições, muito antes pelo contrário, as confirmo. Tive posições que foram determinadas pelas circunstâncias da época, e tudo é verdade, tudo é mentira; tudo depende do espelho em que se olha. Olhem o passado, pensem no presente e estimem no futuro. O herói de hoje pode ser o vilão de amanhã, mas a história não se reescreve apenas na vontade e no propósito do Legislativo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 001/14, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a Ver.^a Fernanda e o Ver. Pedro Ruas, no calor da campanha política, aceleraram a votação de um projeto cheio de irregularidades legais. O Parecer da Procuradoria, com data de hoje, diz que o projeto é de denominação e não de alteração de nome. Portanto, é outro projeto, outra tramitação, exige outras documentações. Como não é cadastrado, Ver.^a Sofia, exige a

concordância dos moradores do entorno, a senhora sabe bem. E, sobre isso, nada consta no processo.

Eu quero dizer à Ver.^a Melchionna que vivi, sim, a Revolução...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Foi uma época de muito progresso e desenvolvimento.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero dizer que respeito todos os Vereadores – quero cumprimentar o Ver. Sgarbossa, que me cedeu a oportunidade de falar – e exijo o mesmo respeito e não as agressões que ouvi desta tribuna.

Quero dizer, senhoras e senhores, que é natural que tenha havido excessos no período revolucionário...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Tanto do lado do regime militar quanto do outro lado. Porque, dizendo que lutavam pela Legalidade, roubavam, assaltavam e assassinavam. Inclusive assassinaram companheiros de jornada, degolaram companheiros de jornada! Isso a história conta. Portanto, desrespeitar um ex-Presidente da República não é um ato meritório; é apagar parte de nossa história.

Eu pergunto, senhoras e senhores: qual seria a repercussão se entrasse aqui na Casa um projeto retirando o nome de Luís Carlos Prestes do Memorial que está sendo concluído junto à nossa orla? Qual seria a repercussão? Seria um desrespeito a quem também fez várias coisas não meritórias. Ver. Idenir Cecchim, Sr. Presidente, tenho em mãos um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados, denominando de Rodovia Oswaldo Aranha a BR-290, que liga Osório a Uruguaiana no Rio Grande do Sul. Portanto, a denominação desta via é Rodovia Oswaldo Aranha. Quero juntar ao processo esta documentação. Então, mais uma ilegalidade ao projeto que estamos discutindo. Está aqui o projeto de lei da Câmara de Deputados que foi aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, a Emenda nº 01 ao PLL nº 001/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLL nº 001/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Registro o Requerimento de juntada de documentos do Ver. João Carlos Nedel, que já fez a sua manifestação diretamente da tribuna.

A Sra. Mônica Leal: Presidente, gostaria de entregar uma Declaração de Voto da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): V. Exa. pode fazer, inclusive, a leitura da Declaração de Voto.

A Sra. Mônica Leal: (Lê.) “Votamos contrariamente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 001/14, que altera a denominação da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade, considerando algumas razões. A primeira é que o Projeto não está instruído com o croqui de localização, desatendendo à Lei Complementar nº 320.

A segunda, quando o Projeto é justificado, porque Castelo Branco foi o primeiro Presidente do regime militar, um ditador, segundo os autores, e que, por isso, a homenagem não se justifica. Como ficam, perante esse critério, tantas ruas, praças e avenidas com o nome de Getúlio Vargas, para não citar Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e tantos outros? Getúlio Vargas implantou uma ditadura duríssima entre 1937 e 1945. O contraponto foi que Getúlio, antes de ser ditador, havia sido eleito. Impressionante o desconhecimento da história! Getúlio Vargas disputou a

eleição presidencial de 1930 contra o paulista Júlio Prestes e perdeu por uma diferença de 300 mil votos, numa eleição com 1 milhão e oitocentos mil votantes.

Não nos surpreende o desconhecimento da história republicana. Para determinadas ideologias, a história funciona como um armário de utilidades, uma dispensa onde se apanha o que for necessário para cozinhar, segundo as receitas do momento. Reprovar a ditadura de Vargas não serve.

Estamos a meio século dos fatos de 1964! Contudo, embora as circunstâncias nacionais e internacionais de cada época estejam devidamente disponíveis nas prateleiras da história, não há conveniência política em ir buscá-las. Sala das Sessões, 27 de agosto de 2014.”

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero, mais uma vez, registrar a presença do sempre Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal Ney Ortiz Borges.

O Sr. Reginaldo Pujol: Eu gostaria de encaminhar a declaração de voto, mas posso fazer depois do intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Seria melhor, Vereador. Vamos fazer um intervalo de cinco minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h19min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (16h25min) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Paulo Brum, o Requerimento, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que solicita o adiamento da votação do PLE nº 008/14, por quatro Sessões.

(Pausa.) (Após a apuração nominal.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h29min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, que representa o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no ano que nos cabe a Presidência da Casa, meu companheiro de Partido; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhoras e senhores, eu não gostaria, depois desta votação em que votamos favoravelmente, de deixar de registrar, calcado e alicerçado na voz de comando do pessoal que estava aqui no plenário, que gritava “verdade e justiça”. Eu acho muito importantes essas palavras e acho que elas não podem se prestar, porque são valores absolutos, a relativizações, a subterfúgios, a simulacros, a falsidades e a versões. É preciso que se faça uma primeira divisão: a dos partidos de esquerda, hoje presentes no cenário político brasileiro e, fazendo antes disso um pequeno parêntese. O PMDB votou a favor, porque tem, na sua gênese, um compromisso com a democracia. Nós não temos compromisso com o regime, portanto, não poderíamos ter votado contrariamente, mas colocamos em xeque os propósitos de alguns quando usam a expressão “democracia”, que digo ser um valor absoluto. Explico: as esquerdas brasileiras, hoje, estão divididas em duas vertentes que têm raízes diferentes. Nós temos a vertente do trabalhismo e da social democracia, que são visões à esquerda do espectro político. Essas visões foram constituídas, mais ou menos, à mesma época que as vertentes marxistas. Quando Marx, na biblioteca de Londres, escrevia a respeito do seu Manifesto, com todos os seus desdobramentos, um conterrâneo seu, Robert Hoehn, escrevia a respeito do que hoje se convencionou falar social democracia. Era a apropriação dos excedentes da produção, era uma visão humanista em uma época em que os trabalhadores viviam uma situação que era absolutamente trágica, porque não existiam direitos trabalhistas. As pessoas moravam no East End, distrito mais distante de Londres, onde os ventos predominavam, onde a situação era abjeta, triste, era uma situação de insalubridade: as crianças morriam; os trabalhadores não tinham escala de trabalho. Era uma situação terrível. Nessa época, foram concebidas essas duas visões. Uma visão é a vertente Marxista e a outra visão é essa vertente do trabalhismo e da social democracia. No Brasil, essas vertentes se dividem. Na vertente trabalhista, nós temos, por exemplo, o ideário do Partido Trabalhista Brasileiro, do PDT, que encontra em Alberto Pasqualini o seu grande ideólogo, que sempre falou a respeito da importância da iniciativa privada e da conciliação entre a iniciativa privada e os direitos dos trabalhadores – essa é uma vertente. E nós temos a outra vertente de natureza Marxista, que não foi e que não é de natureza democrática –

desculpem-me. A Ver.^a Jussara Cony – a quem eu respeito muito e é amiga do meu velho, e votei a favor, inclusive, em homenagem ao meu pai que foi cassado pela ditadura – sabe que o PCdoB é um partido que não renunciou à luta pelas armas, enquanto que o PCB renunciou, lá atrás, durante a resistência. Por quê? Porque são essas visões, nós não podemos tapar o sol com a peneira. Nós precisamos olhar a história sob essa perspectiva. O PCdoB não renunciou à luta pelas armas e a perspectiva da implantação do Comunismo, da forma que foi preconizada, nas suas diferentes nuances: no Trotskismo, no Stalinismo, no Leninismo; em outros países, no Tito, na Iugoslávia, enfim, no Ceausescu, em todas as formas que o comunismo se estabeleceu. Então, essa visão de esquerda, ela se divide numa vertente democrática e numa vertente que não é democrática, que nunca foi, que trabalha sempre sob essa perspectiva da dominação. Portanto, se nós não tivemos... Com todo o respeito, eu falo isso porque eu sou um democrata, na aceção do termo e na prática cotidiana, e reconheço que algumas vertentes da nossa política têm muita dificuldade em aceitar o contraditório e respeitar o dissenso. O PT é um desses partidos que tem essa postura messiânica de ser o dono da verdade e de desqualificar os seus opositores, como está fazendo agora com a Marina Silva, quando ela cresce nas pesquisas.

Então, eu quero dizer que votei, porque o meu pai foi cassado, porque nós temos um compromisso, sim, com a democracia, mas não posso, porque sou alguém que estuda a história, que nem diz o Elio Gaspari, por exemplo, que fala que Castelo Branco foi vítima de um golpe dentro do golpe, porque, na verdade, ele queria a restauração da democracia logo em seguida, e foi vencido dentro do processo militar.

Meu pai estava na Legalidade; tem uma foto atrás do Brizola, de cartucheira, era da Juventude Trabalhista. Portanto, eu me sinto sim comprometido com a democracia, mas a democracia como valor absoluto; não a democracia relativizada, daqueles que compreendem e que veem a democracia só dentro do seu consenso, que não respeitam o dissenso.

Então, eu queria fazer essa linha divisória, dizer que, sim, o PMDB votou porque tem um compromisso com a democracia, porque faz parte da sua história, do seu DNA; no seio do PMDB estavam albergados, abrigados, Sr. Presidente, todos os movimentos democráticos que faziam resistência. Mas nós não podemos desconhecer que, naquele momento, disputavam-se duas visões de mundo e que nós caminhávamos

inexoravelmente, quer gostem ou não, quer aceitem ou não, para duas opções de exceção: ou seria uma exceção pela esquerda, ou seria uma exceção pela direita. Isso é fato histórico, incontestável! Fato histórico que nós não aprofundamos, mas isso porque Jango Goulart não quis! Porque foi ele, Ver. Cleiton, o grande responsável por nós não termos tido uma guerra fratricida, de enfrentamento, uma guerra civil no Brasil; ele preferiu, com sacrifício próprio, refugiar-se no Uruguai a fazer esse enfrentamento. Porque Jango foi indo, da mesma forma que Fidel Castro que, quando começa o seu processo da revolução em Cuba, não era comunista. Fidel Castro foi empurrado para o comunismo, no mundo bipolar, pela postura dos Estados Unidos de isolá-lo, de fazer embargos. E aí ele acabou, por ser um mundo bipolar, tento que se aliar àquela vertente do comunismo.

Eu quero dizer, novamente, que embora nós tenhamos aprovado a posição do PMDB – e por isso me inscrevi para falar no período de Liderança, e agradeço ao Ver. Cecchim –, a posição do PMDB é sempre pela democracia, é sempre pela Constituição, é sempre pela Legalidade! Lembrando que o Partido dos Trabalhadores se negou a assinar a Constituição Federal, negou-se a assinar a Carta Constitucional liderada pelo Dr. Ulysses Guimarães e por todos aqueles grandes homens quando fizeram a Constituição – e aí todos esses de vertente democrática estavam todos juntos. Então, não nos enganemos, quando se fala em verdade e quando se fala em Justiça, temos que lembrar: esses são valores absolutos, eles não podem ser relativizados, eles não podem estar a favor de uma ideologia qualquer, seja de esquerda ou de direita; eles só podem estar a serviço, sempre e permanentemente, da liberdade do indivíduo, que é o bem maior que nós devemos preservar! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Muito obrigado, Vereador.

Apregoo o PL de autoria da Mesa Diretora que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre *in memoriam* ao Sr. Lupicínio Rodrigues, ano em que completaria 100 anos.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a discussão, em 2ª Sessão, de Pauta Especial a respeito da lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2015 é um exposto reconhecimento de fatos significativos que já ocorreram na vida pública deste País, que foram, de certa maneira, postos em debate na tarde de hoje, sendo que a primeira e mais importante situação diz respeito à reorganização fiscal deste País. Hoje, a Lei de Diretrizes Orçamentárias antecipa – por assim dizer –, no seu propósito, o que será a Lei Orçamentária que nós iremos conhecer daqui a 30 ou 40 dias. Vejam bem que, como diretriz prioritária, fruto confessadamente da audiência das instâncias do Orçamento Participativo, nós teremos hoje a colocação da habitação como a prioridade um, superior inclusive à Saúde, superior à Assistência Social e superior à Educação. É lógico que nós vamos, Ver.^a Sofia, ver que a Cultura é a nona das prioridades, ainda que nós sustentamos que um povo só é verdadeiramente forte quando é culturalmente desenvolvido. E, evidentemente, que alguns objetivos preconizados nesse Orçamento podem, e devem, ser canalizados via Cultura. A própria inclusão social, que é um objetivo que o Orçamento Participativo certamente tem que perseguir, passa e perpassa por essa valorização da cultura. Mas, mesmo reconhecendo a hierarquização que foi aqui estabelecida e aceitando a habitação como sendo a primeira das diretrizes a ser obedecida, nós precisamos, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, reclamar, Delegado Cleiton, de um fato que o pós 64 consolidou neste País. Nós tínhamos, até 1984, um sistema financeiro de habitação que ensejou a construção de 3 milhões de casas populares neste País, além de outras tantas a que a classe média, através das cooperativas, teve acesso, uma verdadeira reforma urbana. Até aquela data, situações como o conjunto residencial da Vila Farrapos – eu nem vou dizer que tem o nome de Castelo Branco, senão, a torcida vai entrar em êxtase –, a Vila Restinga, todo o complexo da Restinga, o Rubem Berta, a Cohab Cavalhada, nada disso existia aqui em Porto Alegre. Quando terminou esse período, as coisas começaram a ser mitigadas. Por anos a fio, não houve novas construções habitacionais em Porto Alegre. Eu me sinto muito à vontade para me manifestar sobre este tema, porque fui duas vezes Diretor do DEMHAB, e, nas duas vezes, aumentei o número de habitações populares colocadas à disposição da comunidade e urbanizei mais de 20 vilas populares que existiam desde o tempo do saudoso ex-Governador e ex-Prefeito Ildo Meneghetti, que precisavam ser urbanizadas e legalizadas: Vila São Borja, Passo das Pedras, Santa Rosa, Nova Santa

Rosa, Nova Brasília, Batista Xavier, Santa Anita, Carlos Barbosa, São José e outras tantas. Então, com esta autoridade, quero dizer que, hoje, na realidade que estamos a viver neste País, esta prioridade é de difícil execução. Esse Programa Minha Casa, Minha Vida, em verdade, só acontece na televisão. Aqui em Porto Alegre, já declarei da tribuna, se está acontecendo, está escondido, eu não consigo enxergar, porque, em todos esses 12 anos em que se fala em incremento de habitação popular, nós não temos sequer 3 ou 4 mil habitações. Não chega nem a 3 mil. Alguns projetinhos estão em andamento, mas são poucos, muito poucos. Esse número que se fala, de 2 milhões de unidades construídas nesse período, deve ser no Amapá, deve ser muito longe daqui, porque, aqui em Porto Alegre, não é. Por isso, Sr. Presidente, estamos seriamente comprometidos com a ideia de criarmos, em torno da Restinga, um projeto específico capaz de impulsionar e facilitar a edificação de novas alternativas habitacionais naquele local.

A Caixa Econômica Federal já recebeu desta Casa, por iniciativa do Governo Municipal, centenas e milhares de hectares de áreas para a realização de projetos dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. É preciso que se mobilizem todas as instituições da Cidade, desde o DEMHAB, até a Secretaria de Planejamento do Município, passando inclusive pelo próprio Prefeito Municipal e por esta Casa, para que se possa, efetivamente, Ver.^a Mônica Leal, criar um clima em que a habitação popular chegue a esta Cidade. Aliás, que haja habitação em Porto Alegre, que haja produção de imóveis em Porto Alegre capaz de manter a empregabilidade nessa área, porque sabidamente a indústria da construção civil é a maior empregadora de mão de obra deste País; desestimulá-la é contribuir para a recessão econômica.

Por isso, então, eu quero, nesse meu comentário na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelecer esses paralelos que estou vendo. O investimento em habitação, até por regramento fruto da legislação federal, Ver. Delegado Cleiton, não pode ocorrer sem que haja esse ajuste com a Caixa Econômica Federal. A Câmara e o Município de Porto Alegre já cumpriram rigorosamente – até exageradamente – com as suas atribuições. Colocamos um verdadeiro latifúndio à disposição da Caixa Econômica Federal, mas não temos visto – e V. Exa. que circula por todos os cantos de Porto Alegre e não enxerga também, não sou eu o único míope – o surgimento dessas habitações populares.

Por isso, meu caro Presidente, a V. Exa., que tem uma vida inteira dedicada ao esporte, ao lazer, à inclusão social pela via do esporte, eu digo que a Lei de Diretrizes

Orçamentárias penaliza o esporte e o lazer, porque os coloca como última prioridade. É um erro. Eu acho que essas prioridades deveriam ser mais ou menos equilibradas. Eu não sei por que, quando se desenvolve um projeto habitacional, não reconhecem aqueles investimentos que são feitos dentro do conjunto habitacional, empreendimentos de classe média, como área de esportes e centros comunitários, que precisam ser mantidos e estimulados para que o desenvolvimento das crianças seja acompanhado do lazer e do esporte. Ora, lazer não é pecado e lazer não é um aprendizado a ser desconsiderado, porque nós temos que criar condições para que nesta Cidade a gente viva na sua integralidade, ora trabalhando, ora no ócio decorrente das nossas folgas regulares, e que possamos, por evidente, aproveitar todo o potencial que a Cidade nos oferece: o nosso rio, as nossas praças, os nossos parques, enfim, aqueles recantos onde o lazer público possa ser desenvolvido.

Assim, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nesta tarde tão significativa para a história desta Casa e desta Cidade, neste dia que eu lamento que foi marcado pelo revanchismo, quero convidar a todos para não pensar no passado, pensar no futuro, e para trabalharmos em alguns projetos de inclusão objetiva em cima da habitação popular, em cima da cultura e em cima do esporte e do lazer. Era isto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, gostaria muito de intervir na discussão prévia da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Porto Alegre, porque, hoje à noite, esta Câmara terá uma audiência pública, que é a culminância de quatro grandes reuniões realizadas pela CECE – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude nas quatro regiões da Cidade, nos quatro polos, e em função de inúmeras demandas oriundas das escolas municipais de Porto Alegre; demandas que nos surpreendem, porque nós sempre acostumamos a repetir que a Educação do Estado era a educação que não tinha pessoal, não tinha professores, não tinha condições, não tinha segurança; e que a Educação Municipal, que avançou muito na sua estrutura física, no seu plantel de recursos humanos, inclusive transformando o

currículo e os espaços de aprendizagem para espaços para atender a diferença; portanto, com professor assistente, com laboratório de aprendizagem, com turmas de progressão – uma escola muito mais equipada em termos de recursos humanos. Lamentavelmente, nós colhemos, durante o primeiro semestre, de forma muito forte, nas quatro regiões da Cidade, a demanda de nomeação de pessoal, a indicação de falta de professores nas escolas municipais, prejudicando o funcionamento exatamente desses novos espaços de aprendizagem que uma escola, para o sucesso de todos, que se organizou em Porto Alegre.

Um outro tema, além da falta de professores, é sobre a Escola Porto Alegre – EPA, que fica aqui na Washington Luiz e atende a gurizada em situação de rua, em situação de transição entre rua e residência, os adolescentes e jovens adulto. Para nossa surpresa esta escola, que faz um trabalho educativo – foi o que funcionou com os meninos e meninas de rua, com o núcleo do papel reciclado, com o núcleo da argila, com o núcleo da informática, com o núcleo do trabalho educativo do EPA, está fechado porque não tem recursos humanos, repostos pela Secretaria Municipal de Educação. Ora, se a Escola Porto Alegre, que trabalha com meninas e meninos de rua, não oferecer o trabalho educativo, não faz sentido, não tem sucesso com esses meninos, porque era isso que trazia uma aderência, um sentido para estarem na escola. Esse é um elemento indicativo de que estamos com muitas limitações na rede municipal de ensino. Elas talvez tenham a ver com as diretrizes orçamentárias, sim, porque o Município não está aplicando os 30% das receitas líquidas de impostos e transferências da lei orgânica do Município de Porto Alegre. A Prefeitura chegou no máximo a 27%, com a inclusão de grandes setores da FASC e da Secretaria de Esportes. Então a Prefeitura não está nomeando pessoal em número suficiente para suprir as necessidades das escolas municipais. Nós vivemos o episódio da nomeação dos guardas concursados que, no ano passado, não ocorreu, por decisão política da Prefeitura, por decisão de gestão, por dizer que não tinha capacidade orçamentária para nomear os guardas. Terminou o concurso, mais de 80 Guardas Municipais que aqui estiveram, muitas vezes, mobilizados, prontos para assumir, não foram nomeados. E o tema da Segurança na escola, da presença da Guarda, é um tema que apareceu em todas as reuniões prévias à Audiência Pública que teremos hoje. E nós já tivemos uma construção importante nesta Cidade, garantindo um guarda permanente nas escolas municipais. Nossas escolas são todas na periferia. O guarda educador, o

guarda que constrói relações com a comunidade, que conhece a comunidade, é fundamental para dar tranquilidade aos professores, à direção, para lidar com tantos alunos e com tantos desafios que há tempos estão colocados nas comunidades escolares, no entorno das nossas escolas municipais.

Então, a discussão, aqui, das diretrizes orçamentárias deve levantar, sim, um balanço; sempre é um momento de balanço. E se faltam recursos na Educação, nós temos que contemplar aqui na diretriz orçamentária em discussão nesta Casa.

E eu volto ao debate do tema da ampliação das escolas, que é um tema um pouco menos contundente, mas não para algumas regiões, como a Glória, a Vila 1º de Maio, que há muito tempo reservou um terreno e que tem falta de vagas nas turmas para seis, sete anos de idade, dos pequeninhos na entrada no Ensino Fundamental. Essa escola precisa ser construída. E é muito importante que o Município de Porto Alegre finalmente priorize a construção dessa escola.

Eu quero ainda dizer que nós vamos insistir com a complementação do convênio Creches Comunitárias, pelo menos nos valores que O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb determina, redistribui e devolve para a Prefeitura nos valores referentes à Educação Infantil. Nós, infelizmente, temos opções de Governo que não garantem esses recursos para as creches comunitárias. Nós que estamos nas ruas, nas comunidades, todos estamos ouvindo a queixa da população de novo, porque agora em outubro é o momento de inscrição nas instituições de Educação Infantil, sejam as comunitárias, é a abertura de vagas para o ano que vem, é a matrícula para o ano que vem. E sobram crianças na fila de espera, principalmente no berçário, que precisa de um adulto para cada cinco bebês. Nós não podemos tratar a Educação Infantil, atendimento em turno integral, na fase da infância mais delicada, onde a criança que não está nessa instituição fica cuidada por outras crianças, por adolescentes, do jeito que estamos tratando na nossa Cidade. Eu já polemizei sobre isso, vou continuar polemizando. não é possível que o Município permaneça abrindo mão de impostos, ofertando vagas na Educação Superior em detrimento da qualidade da ampliação na Educação Infantil, através do convênio Creche Comunitária.

Para terminar, Sr. Presidente, acho que sob a sua direção nesta Casa, deve ser uma emoção e um orgulho, nós, finalmente, alteramos a denominação da avenida de ingresso na cidade de Porto Alegre. Não se trata de reescrever a história, mas de homenagear de

fato símbolos de democracia, de equidade, de liberdade, que é o que todos desejamos para este País. Estou orgulhosa desta Câmara, Presidente Garcia, muito orgulhosa! Acho que os Vereadores cassados aqui, que lutaram por democracia, estão orgulhosos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A cidade de Porto Alegre, o Brasil e o Rio Grande do Sul vão celebrar como um feito emblemático, como de fato a justiça de transição, que cria símbolos positivos, para que nunca mais nós tenhamos modelos, regimes de exceção, regimes autoritários, que tiram a liberdade, que acabem com partidos políticos, que não prestigiem a participação e a soberania popular. E nós hoje criamos mais um símbolo para que nunca mais a ditadura volte a este País. Acho que é um belo presente para a cidade de Porto Alegre, é um belo presente para a democracia, Ver. Alberto Kopittke, é um belo presente para este momento democrático. E quero dizer que, na semana que vem, nós vamos trabalhar incansavelmente pelo plebiscito da reforma política, um plebiscito que os movimentos sociais estão chamando. Nós queremos milhões de votos colocados em urna, para que se faça a reforma política neste País. E esse será um outro símbolo, uma outra força para instalar definitivamente a democracia neste Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Pauta Especial. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Pauta Especial.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, estimados colegas, novamente muito boa tarde. Venho aqui em Pauta Especial para fazer o debate tão importante sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Saúdo minha colega Ver.^a Sofia, que acaba de fazer aqui uma manifestação, e nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, temos um trabalho técnico de estudo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhamos a execução financeira do Município; praticamente nos separamos um pouco, conforme o tema de interesse de cada Vereador. A Ver.^a Sofia Cavedon é quem nos orienta, e nos orienta muito bem, nos chama sempre atenção para os temas sobre a educação. Esta é a forma de trabalho que a nossa Bancada faz: Ver. Sgarbossa, trabalhando com a mobilidade; Ver. Comassetto, com a questão da reforma urbana, moradia; Ver. Mauro, com as questões também, entre outras, dos comércios e do desenvolvimento econômico da

Cidade; Ver.^a Sofia Cavedon, com a educação; eu, modestamente, procurando ajudar no tema da segurança pública.

Antes de entrar neste tema específico da segurança, eu quero fazer uma análise mais geral, que outros colegas já trouxeram aqui, sobre a nossa preocupação sobre a gestão financeira do Município nesses últimos anos, especificamente nas perdas de arrecadação que o Município está tendo, que são bastante graves e específicas. Eu não estou me referindo às transferências voluntárias da União, aos convênios, às vinculações constitucionais que a União é obrigada a transferir para os Municípios; eu estou falando daquela receita que é um direito da Prefeitura fazer a sua exigência, e, mais do que um direito, é uma obrigação do gestor público fazer o recolhimento deste tributo. Eu estou me referindo especificamente à nossa preocupação. Ela está centrada na arrecadação do IPTU no Município, que tem nos deixado atônitos e preocupados, porque a arrecadação tem caído nos últimos, pelo menos, três, quatro anos – três anos, com certeza. No momento, independente de avaliações políticas, ideológicas, legítimas de todos aqui, independente de opiniões, esse foi um momento de crescimento, de expansão imobiliária, como nunca, talvez, na história do País, tenha ocorrido. Justamente, nesse período, a cidade de Porto Alegre tem diminuído a sua arrecadação de IPTU. Pelo que detectamos, não tem cadastro. E nós fomos pesquisar isso, Ver.^a Jussara, nossa grande guerreira, a quem eu faço também uma homenagem – eu já vou me referir a isso mais detidamente. – , fomos estudar o porquê desse fenômeno na nossa Cidade – fomos analisar o IPTU em outros municípios do País, e todos tiveram um crescimento muito grande; aqui, ele se estagnou, não cresce nem ao nível da inflação –, aí, descobrimos que vários imóveis novos do Município – todos que residem aqui na nossa Cidade sabem dos prédios, dos empreendimentos imobiliários que têm sido erguidos por toda a Cidade, região norte, região leste, região sul – não estão sendo cadastrados no sistema do Município, e, por não serem cadastrados, a Prefeitura não consegue emitir o boleto, não consegue fazer o recolhimento do imposto, e a Cidade perde com isso. Perde a Cidade, e perdemos todos nós na qualidade dos serviços. Isso tem nos preocupado muito.

Um segundo tema que nos tem preocupado, em dois aspectos, é a folha de pagamento – e eu fiz referência a isso no ano passado. Primeiro, o relacionado aos famosos cargos em comissão. Eu não tenho nenhum demérito quando, em época de eleição, alguns procuram fazer oportunismos de criticar cargo em comissão – eu mesmo tive a honra de

ocupar CC, na cidade de Canoas, eu ocupei um cargo em comissão na Justiça e na Educação, com muito orgulho –, o problema é a serventia do cargo em comissão. Temos o cargo em comissão em toda legislação. O cargo em comissão é exatamente um instrumento da democracia para que o gestor possa implementar a sua orientação na política de governo, nas políticas sociais, na infraestrutura, nos serviços públicos. E o problema é quando os CCs são utilizados de forma a instrumentalizar os serviços públicos para as relações políticas.

Nós ouvíamos – todos aqui devem se recordar –, quando o PT estava na Prefeitura... E nós temos muito orgulho de todas as gestões que nós fizemos na Cidade, no Estado, no País, não temos por que esconder nada da história das gestões que o Partido dos Trabalhadores fez com seus acertos, com seus erros, nós temos muito orgulho das gestões, mas um grande discurso que havia na Cidade era o inchaço dos companheiros. Pois hoje nós temos na cidade de Porto Alegre praticamente o dobro de CCs que nós tínhamos quando o PT saiu do Município. Então nós temos um desencontro entre o discurso e a prática. E, segundo, um aumento dos salários da parte de cima da pirâmide do funcionalismo sem o mesmo ritmo de aumento da parte do meio e de baixo da pirâmide dos nossos funcionários públicos. E nós achamos fundamental que a política salarial seja equânime e busque, inclusive, acelerar, impulsionar aqueles que menos recebem. E nós temos visto o contrário no Município. E isso fez com que o Município, junto com a diminuição da arrecadação, hoje chegasse ao teto da Lei de Responsabilidade Fiscal. Está aqui o Ver. Pujol, que, corretamente, sempre chama a atenção, e há motivos para isso, da Lei de Responsabilidade Fiscal Estou aqui dialogando com o Ver. Pujol da importância, sim, que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que são acréscimos que cada força política traz para a história do País, e isso é muito bom. É preciso, sim, reconhecer isso, e hoje a cidade de Porto Alegre se encontra no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal na sua folha de pagamento. Não há condições de aprovar – falo aqui com os servidores que são da Prefeitura – mais nenhum aumento salarial.

E aí para fechar sobre o tema da segurança, que obviamente não é culpa do Prefeito, mas nós sabemos que várias cidades no País têm assumido para si a responsabilidade do assunto, como o Prefeito Jairo Jorge, em Canoas. O problema é que aqui em Porto Alegre o assunto não tem ganhado força, e isso se manifesta na LDO. E eu fico mais preocupado ainda, porque, com a nova Lei das Guardas Municipais que a Presidente

Dilma aprovou, há duas semanas, no Congresso, dando poder de polícia a elas, as Guardas Municipais, agora, têm o direito ao risco de vida! E eu fico preocupado por não ver a previsão desse direito, agora mais do que nunca, garantido por lei federal – só para dar este exemplo sobre a segurança. Onde está a previsão do risco de vida que vai ter que ser dada para a Guarda Municipal no próximo ano?

Então, são assuntos importantes que eu trago à reflexão. E quero, Presidente, registrar essas preocupações, pois é o papel da oposição em fazê-lo. É para isto que existe a democracia: para que haja a oposição, atenta, fiscalizando, cobrando. E essa é a alternância que nós temos que saudar aqui. E eu quero, além das críticas, saudar, sim, os movimentos que o Prefeito Fortunati fez de buscar, com a Presidenta Dilma e o Governador Tarso, recursos para obras na cidade de Porto Alegre. Isso tem que ser louvado. Essa é a medida do que Prefeito Fortunati fez e que merece os nossos cumprimentos, mas tem que ser acompanhada por esse olhar mais global para a Cidade não se inviabilizar.

E eu quero, por fim, só saudá-lo, Sr. Presidente, uma vez que a sua gestão nesta Casa vai ficar marcada na história pelo resgate do Parlamento e pela discussão e fortalecimento da democracia. Eu saudei aqui o PMDB e quero saudar o senhor, Presidente Professor Garcia, por ter a coragem de colocar os assuntos, independente da sua opinião, mas cumprindo com o papel institucional de colocar os temas em debate. Assim é a democracia, e aí se dialoga e se tomam as opiniões. E o senhor, hoje, mais uma vez, manifestou essa coragem, essa competência que tem marcado a sua gestão, neste ano, na Câmara de Vereadores, que eu faço questão de falar publicamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu ouvia atentamente o Ver. Kopittke falando sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que chegou à nossa Comissão hoje pela manhã, a qual tenho a honra de presidir, quando ouvimos o Secretário da Fazenda e o Secretário de Orçamento. E o que me chamou a atenção é

que foi apresentada, nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma coisa real, aquilo que o Município de Porto Alegre pode cumprir, um orçamento dentro da realidade. E isso é muito importante que não haja aqueles malabarismos contábeis para mostrar uma coisa que não poderá ser cumprida. Receber os aplausos fáceis, e depois as reclamações ficam obscuras. Acho importante isso. Cumprimentei os dois Secretários, pela manhã, que demonstraram todo o interesse de comparecer a esta Câmara de Vereadores tantas vezes quantas forem necessárias para discutir com os Vereadores e, conseqüentemente, discutir com a Cidade o novo Orçamento do Município de Porto Alegre para o ano que vem, que deverá ser dentro da realidade, que parece ser dura. O Governo Federal, a cada mês, está diminuindo o repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e, cada vez mais, o Governo do Estado deixa de repassar aquilo que deve repassar para o Município também. Nos últimos anos, a linha de repasses federal e estadual está decrescente, porque cada vez aumenta mais a responsabilidade do município e, enquanto isso, o Governo Federal e o Governo do Estado descuidam dos municípios e da sua população.

Queria saudar também o ex-Vereador de São Jorge, Aldear Caron, presente neste momento, companheiro do PMDB.

Dizer que nós temos, em Porto Alegre, neste momento, algumas obras reiniciando, alguns trechos em péssimas condições, a chuvarada deixou a Cidade com muitos buracos. Eu vejo que, dentro do possível, tem uma turma da SMOV, com a “sua SWAT”, tentando organizar um pouco, pelo menos, o que se faz necessário para dar as mínimas condições de trafegabilidade nas ruas de Porto Alegre. Não posso deixar de reclamar, novamente, do Secretário da SMIC, que parece que abandonou a Pasta. A Cidade parece que é a casa da mãe Joana, nesse tocante; mas espero que ele tome algumas providências.

Era isso o que eu tinha para hoje, Ver. Pujol, que está me ouvindo atentamente, assim como o Ver. Alberto Kopittke. Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimentos pela sua presidência durante o ano, como disse o Ver. Alberto Kopittke, e pela presidência dos trabalhos no dia de hoje, porque foram muito importantes a sua competência, a sua experiência e a sua seriedade no trato das coisas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. V. Exa. orgulha o PMDB e todos nós, Vereadores. Continue assim, Presidente! Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está na 2ª Sessão de Pauta o projeto com o qual eu quero me solidarizar e, ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo, Ver. Professor Garcia, pela proposição que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. Fábio Medina Osório, um dos melhores profissionais do direito que o Rio Grande do Sul conhece. Com toda a alegria, estendo os meus cumprimentos a V. Exa. pela iniciativa. Quero, inclusive, para que as pessoas que estão nos ouvindo, ocasionalmente, nesta hora entendam a concessão do título de Cidadão Emérito de Porto Alegre é uma exigência regimental, na medida em que o Dr. Fábio já é cidadão de Porto Alegre, como de resto são centenas e milhares de pessoas, mas, pelas suas qualidades, a Câmara de Vereadores vai com toda a certeza aprovar o projeto do Ver. Garcia, dizendo que ele não é só um cidadão de Porto Alegre, como também honra esta Cidade com o seu trabalho, com as suas posturas de cidadão, com a sua dignidade pessoal. Eu não costumo Sr. Presidente, utilizar deste período de discussão preliminar para falar sobre homenagens, mas, no caso concreto, impõem-se esse comentário porque, hoje, é o derradeiro momento em que nós vamos examinar, no plenário da Casa, de forma preliminar, as propostas que serão daqui encaminhadas para as Comissões. Eu quero, inclusive, Sr. Presidente, dizer o seguinte: V. Exa. não conte para o Dr. Fábio a decisão da Casa no dia de hoje, porque, como jurista, ele vai se arrepiar com o que foi decidido, na medida em que nós transformamos um fato que alegadamente não existe, mas, superados esses aspectos, ficamos com essa positiva determinação de V. Exa. de homenagear essa figura tão destacada no meio jurídico da Cidade e que, evidentemente, merece o destaque também do Legislativo Municipal.

Por fim, Sr. Presidente, eu faço uma breve referência aos dois projetos que iniciam a tramitação no dia de hoje, os quais terão o meu aprofundamento na Sessão posterior, que é especialmente o do Ver. Kevin Krieger, concedendo a Sra. Maria da Graça Furtado o Título de Cidadã Emérita de Porto Alegre em função, especialmente, do trabalho – o Ver. Kevin Krieger teve a oportunidade de constatar como Diretor da FASC – realizado há longos anos naquela instituição, de tão relevantes serviços prestados para a Cidade.

Por isso, Sr. Presidente, faço esses dois registros, que, obviamente, serão aprofundados no momento oportuno. Sendo que a proposição de V. Exa. de homenagear o Sr. Fábio Medina Osório há de ter um cuidado muito especial de minha parte, quando passar pela Comissão de Constituição e Justiça, porque estarei homenageando um operador do Direito, da Justiça, um grande constitucionalista, um grande advogado. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado pela presença dos senhores e senhoras.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h24min.)